



## **A REFORMA DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO SUA DIVERSIDADE E IDENTIDADE**

*The reform of the curriculum of middle school its diversity and identity*

FELLIPETTO, Ilda de Franceschi.<sup>1</sup>  
BIANCHI, Vidica<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Nos últimos tempos, meados do século XXI, muito se tem falado sobre currículo, visando ele como motivo de pesquisa e práxis, como qualidade educacional envolto diretamente na prática pedagógica escolar. O currículo passa a ser avaliado diariamente por educadores e gestores, o reconstruindo no decorrer da sua prática. Ou seja o currículo não é neutro, ele é a base para evolução em diferentes âmbitos dos alunos e educadores, pois buscar novas ideais também faz parte da obrigação dos educadores. Entender as interações entre currículo e práxis nem sempre é fácil, porém é a base para o sucesso, pois ele é a prática do processo educativo, em todos os níveis de ensino incluindo o Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Ensino Médio, Currículo, Diversidade.

### **ABSTRATC**

In recent times, in the middle of the XXI century, much has been said about curriculum, aiming at it as a reason for research and praxis, as an educational quality directly involved in school pedagogical practice. The curriculum is evaluated daily by educators and managers, rebuilding it in the course of their practice. In other words, the curriculum is not neutral, it is the basis for evolution in different areas of students and educators, because seeking new ideals is also part of the obligation of educators. Understanding the interactions between curriculum and praxis is not always easy, however, and it is the basis for success, since it is the practice of the educational process, at all levels of education including high school.

**Keywords:** High School, Curriculum, Diversity.

### **INTRODUÇÃO**

A prática curricular soma no resultado educacional e a sua qualidade propriamente dita, uma junção de diversas situações totalizando a formação dos alunos. Os professores pelo

<sup>1</sup> Ms. Ilda de Franceschi Fellipetto, Professora do Colégio Estadual Julio Giongo Ensino Fundamental Médio e Normal do Município de Pranchita-PR. Aluna Especial do curso de Doutorado do Programa De Pós-Graduação Em Educação Nas Ciências da UNIJUÍ.

<sup>2</sup> Dr<sup>a</sup>. Vidica Bianchi Professora Do Departamento De Ciências Da Vida e Do Programa De Pós Graduação Em Educação Nas Ciências Da Unijuí. Membro Do Gipec. Unijuí.



seu papel de construtores diretos de um projeto de formação, os alunos pelas suas experiências que legitimam e modificam este mesmo projeto (PACHECO, 2001).

A análise entre a teoria e a pratica, análise de documentos, buscando sempre a realidade do aluno, analisando as interações desse aspecto levando o entendimento de tudo que ele envolve.

Ao denominar a prática pedagógica desenvolvida por professores na sala de aula como currículo em ação, Sacristán (1998) imprime um caráter nessa prática que está para além do fazer técnico. Sendo o currículo em ação, expressão de valores e de intenções, ele não é determinado, mas construído também a partir dos elementos constituídos na profissional idade do professor ao longo de sua trajetória, podendo configurar-se como prática reprodutora ou prática inovadora.

Quando entendemos esse princípio definido pelo autor, conseguimos assim identificar os elementos que nos norteiam e compreender a necessidade das práticas curriculares com uma visão inovadora. Aquela que nos auxilia no entendimento como “práxis”, dando significado em tudo que acontece em sala de aula (SACRISTÁN, 2000).

A práxis é a troca de informações visando único benéfico, Gómez (1998, p. 85) analisa que a educação como uma ponte entre a teoria e pratica não somente na escola e sim para a vida.

SACRISTÁN, 2000, p. 201, entende esses princípios como possibilidades diversificadas dentro da pratica pedagógica, ou seja a totalidade no ensino. Entende-se ainda que a pratica currículo precisa estar ciente do cotidiano do aluno, analisar sua vida, cultura, meio social incluindo poder aquisitivo, buscando incorporar isso tudo em um processo eficiente de educação, respeitando limites, porem proporcionando meios de expandi-lo, visando a sempre a evolução enquanto lado cognitivo quanto social do mesmo.

O objetivo dessa leitura e reinscrita está na junção de ambos periódicos apontando a importância da mudança curricular no Ensino Médio, porem analisando a Identidade e diversidade que encontramos em sala de aula, proporcionando uma educação de qualidade, voltada para todos, porém respeitando cada indivíduo dentro do seu cotidiano.

## **METODOLOGIA**

Através da análise dos artigos de Oliveira e Batista (2018) e de Schuchter e Carvalho (2016) ambos da revista da Revista Espaço do Currículo, comparando-os com o contexto



das Reformas do currículo no Ensino Médio, na perspectiva de sua identidade e diversidade, na perspectiva de Sacristán.

Seguimos a linha de pensamentos de LAKATOS e MARCONI (2003), onde a releitura de material é feita, buscando entendimento do conteúdo já elaborado por autores renomados.

Através da Revisão de Documentos, o qual busca compreender o assunto pré determinado sem perder sua autenticidade e importância. Dando uma nova compreensão ao que se produz, criando assim mais um produto de pesquisa para todos que há buscam.

## RESULTADOS E ANÁLISES

Através da análise dos periódicos de Salvador R. Oliveira e Sueli dos Santos Batista, Terezinha M. Schuchter e Janete M. Carvalho, fizemos a análise da entre o contexto das Reformas do currículo no Ensino Médio, bem como sua identidade e diversidade.

Assim como nos fala o autor Sacristán, 2000, p. 48-49, explica:

a) O currículo deve ser uma prática sustentada pela reflexão enquanto práxis. Ou seja, é fundamental que o processo circular que envolve o planejamento, a ação e avaliação direcionem o refletir e o atuar no âmbito currículo em ação. b) O currículo deve considerar o mundo real, ou seja, o contexto social que inclui os aspectos políticos, econômicos e sociais de um determinado tempo histórico. Estes interferem na prática de uma instituição e nas escolhas que faz em termos curriculares. c) O currículo deve operar em um contexto de interações sociais e culturais, sobretudo porque o ambiente de aprendizagem é um ambiente social marcado pelas referências do grupo em que se insere a instituição educacional, na qual os sujeitos têm seu modo próprio de olhar e interferir na cultura, seja como consumidor ou produtor da desta. d) O currículo deve assumir seu conteúdo como construção social. Nela os educandos se assumem como ativos participantes da elaboração de seu próprio saber, incluindo, também, o saber dos professores. e) Consequência do princípio anterior, o currículo deve assumir o seu processo de criação social e, como tal, é permeado de conflitos causados pelos diferentes sistemas de valores, de crenças e de ideias que sustentam ou servem de base ao sistema curricular.

Ao observar o histórico da educação brasileira, percebe-se o vigor do dualismo entre o ensino propedêutico e o profissionalizante. A busca pela superação desta dualidade tem definido a identidade do ensino médio. A partir de um estudo sobre as reformas educacionais constata-se que em grande parte do século XX, manteve-se essa concepção dualista.

Pode-se afirmar que os eventos que mais caracterizam a juventude, no Brasil de modo geral, são a escola e/ou a participação no mundo do trabalho Como tem se dado a construção de reformas educacionais admitindo-se a relação entre educação e trabalho à medida que a



escolarização tem sido adotada como central nas políticas públicas que visão a inserção social dos jovens? A partir desta questão norteadora, o objetivo deste estudo é aprofundar quanto à concepção de programas e políticas educacionais a partir das reformas do ensino médio articulado ou não à profissionalização dos jovens.

Pode-se compreender que as mudanças ocorridas nas legislações educacionais a partir dos anos 1970 têm sido para cumprir formalidades de natureza quantitativa e econômica e enfrenta desafios para promover a emancipação do jovem por meio da educação.

Na década de 1970, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei nº 5.692/71. Essa lei estabelecia que os cursos denominados no nível de 2º grau deveriam obrigatoriamente destinar-se a uma habilitação profissional plena ou parcial (a escolha do aluno), visando à superação do dualismo nesse nível de ensino. Essa obrigatoriedade causou bastante resistência de alunos e pais que priorizavam uma educação propedêutica e de empresários do ramo educacional. A Lei Federal nº 7.044/82 suspendeu a obrigatoriedade de profissionalização no 2º grau, favorecendo ainda mais a intensificação do dualismo.

A necessária reforma do ensino médio, questão essa de caráter amplo do ponto de vista político, econômico e cultural, algo que não se resolve sem importantes investimentos e promoção social da juventude, tem sido tratada de maneira a minimizar a amplitude do problema e superdimensionar o papel a ser exercido por reformas curriculares, sem o diálogo necessário com a comunidade escolar.

Pode-se compreender que as mudanças ocorridas nas legislações educacionais nos últimos anos têm sido para cumprir formalidades de natureza quantitativa e econômica e enfrenta desafios para promover a emancipação do jovem por meio da educação. Um aspecto revelador desse processo é a permanência de reformas educacionais que priorizam a busca de uma inserção rápida no mercado de trabalho sem que essa inserção se converta em melhores níveis de escolarização dos jovens.

A proposta de criação de uma base comum curricular não é recente. Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, já se indicava, no artigo 210, a necessidade de se estabelecer “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum” (BRASIL, 1988). Tal aspecto foi ratificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96) e nos documentos oficiais subsequentes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Como estratégia articulada ao cumprimento de algumas das metas do Plano Nacional da Educação (PNE), instituído em 2014, a Base Nacional Comum Curricular



(BNCC) começou a ser construída em 2015 com a finalidade de estabelecer os conteúdos fundamentais a serem aprendidos por crianças e jovens durante a Educação Básica.

O principal objetivo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é promover a equidade na educação, na medida em que garante aos alunos o acesso ao mesmo conteúdo nas escolas de todo o país, e, com isso, reverter a histórica situação de exclusão social. Portanto, a BNCC visa oferecer igualdade de oportunidades por meio da definição das aprendizagens essenciais que crianças e jovens precisam desenvolver ano a ano durante a Educação Básica. Tais aprendizagens são organizadas em competências e habilidades, direcionando a formação integral de todos os estudantes em suas variadas dimensões (intelectual, afetiva, ética, física, sociopolítica etc.). Esse direcionamento está ligado aos princípios éticos, estéticos e políticos das DCN e da LDB e visa à consolidação de um pacto interfederativo.

Por meio desse pacto, diferentes atores educacionais (União, estados, Distrito Federal, municípios, instituições públicas e privadas) consolidam uma atitude de colaboração em prol da almejada equidade, permitindo, também, a participação mais consciente de toda a sociedade no acompanhamento das práticas educativas propostas.

Com o estabelecimento das unidades temáticas, dos objetos de conhecimento e das habilidades a serem desenvolvidas, a BNCC espera ser um instrumento de gestão que encaminhe a construção de propostas curriculares e sua constante reflexão, considerando a diversidade constitutiva do contexto educacional brasileiro. Nesse âmbito, caberá a cada ator educacional definir os melhores caminhos para o processo de ensino-aprendizagem de crianças e jovens. Além disso, a BNCC pretende estabelecer e/ou reencaminhar as políticas públicas nacionais que envolvem a avaliação da Educação Básica, a produção de materiais didáticos e as práticas de formação inicial e continuada de professores. Assim, com o propósito de balizar a qualidade da educação, a BNCC visa garantir o direito de crianças e jovens a uma educação que promova pleno desenvolvimento com foco na formação de cidadãos críticos e participativos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os professores pelo seu papel de construtores diretos de um projeto de formação, os alunos pelas suas experiências que legitimam e modificam este mesmo projeto. Entender as interações entre currículo e práxis nem sempre é fácil, porém é a base para o sucesso, pois ele é a prática do processo educativo, em todos os níveis de ensino.



As reformas educacionais apresentadas neste artigo e que resultaram em diretrizes curriculares tiveram como pressuposto a desvinculação e/ou vinculação do ensino técnico ao ensino médio. As descontinuidades, avanços e recuos dentro dessa problemática estão atrelados ao modo como diferentes governos se comportam diante de determinada conjuntura econômica e política, depositando na educação modelos de formação propedêutica e profissional que continuam adiando uma efetiva inserção social dos jovens. Obrigar a vinculação do ensino médio com a profissionalização, ou decretar a desvinculação entre formação propedêutica e formação profissional, não resolve o problema dessa dualidade que é estrutural e reprodutora das desigualdades sociais.

Pode-se compreender que as mudanças ocorridas nas legislações educacionais nos últimos anos têm sido para cumprir formalidades de natureza quantitativa e econômica, sem que se tenha enfrentado satisfatoriamente os desafios para promover a emancipação do jovem por meio da educação. Um aspecto revelador desse processo é a permanência de reformas educacionais que priorizam a busca de uma inserção rápida no mercado de trabalho sem que essa inserção se converta em melhores níveis de escolarização dos jovens. Pode-se afirmar que os eventos que mais caracterizam a juventude, no Brasil de modo geral, são a escola e/ou a participação no mundo do trabalho.

Ao observar o histórico da educação brasileira, percebe-se o vigor do dualismo entre o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante. A busca pela superação desta dualidade tem definido a identidade do ensino médio. A partir deste estudo sobre as reformas educacionais constata-se que, em grande parte do período analisado, manteve-se (e ainda se mantém) essa concepção dualista.

As necessárias reformas do ensino médio, questão essa de caráter amplo do ponto de vista político, econômico e cultural, algo que não se resolve sem importantes investimentos e promoção social da juventude, têm sido tratadas de forma a minimizar a amplitude do problema e a superdimensionar o papel a ser exercido pelas reformas curriculares, sem o diálogo necessário com a comunidade escolar.

## REFERENCIAS

**BRASIL.** LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96

**BRASIL.** Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

**BRASIL.** **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.



**LAKATOS**, Eva Maria; **MARCONI**, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**OLIVEIRA**, Salvador R. de, **BATISTA**, Sueli dos S. **JUVENTUDE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DAS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO E DAS DIRETRIZES CURRISCUAS NACIONAIS**. Espaço do Currículo, São Paulo, 2017.

**PACHECO**, José A., Org. (2001). Políticas Educativas. O Neoliberalismo Educacional. Porto: Porto Editora

**SACRISTÁN J**, Gimeno. Aproximação ao conceito de currículo. In: \_\_\_\_\_. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Cap. 1, p. 13-87.

**SCHUCHTER**, Terezinha M. **CARVALHO**, Janete Magalhães. **PROBLEMATIZANDO OS CONCEITOS DE DIVERSIDADE E IDENTIDADE**: os documentos da secadi e as implicações para o currículo. Espaço do Currículo, São Paulo, 2016.